

ATA DA 049ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dieter Janssen - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Plínio de Castro - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Destaca o programa Brasil Carinhoso, criado pelo governo federal; ressaltou o início da temporada da pesca da tainha.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Cumprimenta o deputado Padre Pedro Baldissera pelo trabalho à frente da comissão de Pesca.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Lembra o transcurso da semana de combate às hepatites virais; lamenta a morte de Fernando Cesar Santos, presidente do grupo Hércules.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Informa que contraiu hepatite A, B e C via transfusão de sangue.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Parabeniza o governador pela liberação de recursos para conclusão do dique do bairro Fortaleza, em Blumenau; reclama do imobilismo governamental na área da segurança pública.

DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Informa que repercutiu positivamente no oeste a destinação de R\$ 60 milhões para combate e prevenção à seca; critica o critério adotado pelo MDA de limitar o acesso ao Pronaf.

Partidos Políticos

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Destaca o título de campeão estadual conquistado pelo Avaí.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Ressalta pesquisa que revela que SC possui a melhor média geral no ranking de gestão pública municipal.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Apela que o governo do estado atualize os valores do incentivo hospitalar e implemente a rede de urgência e emergência em SC.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Cumprimenta o governo estadual pelo repasse de R\$ 50 milhões para vários hospitais do estado.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (aparte) - Cobra do governo federal o reajuste da tabela SUS.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Destaca o exame pela comissão de Finanças do PL n. 0032/2012, de origem governamental.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (aparte) - Elogia a atitude da Casa de atender ao oeste de SC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) -
Havendo quórum regimental e invocando a proteção
de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à
leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o
expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito,
deputado Padre Pedro Baldissera,
por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr.
presidente, srs. deputados, gostaria, no início
desta tarde de terça-feira, de dizer que pela
manhã, deputados Neodi Saretta e Volnei Morastoni,
aproveitamos o horário do Partido dos
Trabalhadores para trazer presente o novo programa
da nossa presidenta da República, Dilma Rousseff,
o Brasil Carinhoso, que amplia o atendimento de
maneira muito especial daqueles e daquelas que de
fato precisam da intervenção do estado, do poder
público. São aqueles e aquelas que vivem em
situação de extrema pobreza neste país.

Faço mais uma vez menção a esse programa para
destacar a sensibilidade da nossa presidente com
relação a diferentes programas, porque além de
mantê-los, vai aos poucos os ampliando, fazendo
com que mais e mais pessoas sejam contempladas e
saíam da situação de pobreza para uma condição
melhor na sociedade da qual fazem parte.

De forma que todo esse destaque interno vai
projetando-a no cenário internacional, e hoje já é
uma das personalidades mais influentes do planeta.

Brevemente, na condição de presidente da
comissão de Aquicultura e Pesca desta Casa,
gostaria de realçar o importante trabalho que a
comissão vem fazendo, deputado Manoel Mota, v.exa.
que a integra também e que tem dado sempre uma
atenção aos nossos pescadores.

A nossa comissão de uma forma ou de outra vem
ouvindo uma séria de demandas sejam elas da
piscicultura e da pesca extrativa, ou da
piscicultura de águas continentais. Vimos mantendo

um diálogo constante com os diferentes setores, ouvindo-os e ao mesmo tempo buscando políticas e ações que melhorem a sua atuação nos diferentes espaços.

Tivemos vários momentos de profundos debates, reflexões e ao mesmo tempo também uma relação profunda com o nosso ministério de Aquicultura e Pesca ao longo desse tempo todo, buscando de uma forma parceira realçar o grande e importante papel que tem o estado de Santa Catarina nessa área.

Por nada o nosso estado não se destaca no nesse cenário nacional e não poderia ser diferente, posto que na próxima terça-feira começa a pesca da tainha no estado de Santa Catarina. E faço questão de mencionar que em março, com uma antecipação de 60 dias, portanto, foi entregue a autorização para a pesca da tainha, o que permitiu que o pescador se preparasse para essa importante etapa da sua profissão.

Esperamos que de fato a captura da tainha seja boa, proporcionando renda ao pescador e movimentando a economia do estado, no sentido de que essas divisas ajudem a indústria, deem mais dignidade aos nossos pescadores artesanais e beneficiem os consumidores.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Faço questão de conceder-lhe um aparte, deputado Manoel Mota, v.exa. que também compõe a nossa comissão de Aquicultura e Pesca.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar o eminente deputado Padre Pedro Baldissera, dizendo que faz um trabalho extraordinário na comissão.

Tramita na Casa projeto de minha autoria que garante que os pescadores de tainha de caniço continuem nessa tradição de mais de 150 anos na minha região. Segundo o projeto, fica preservada a época de desova da tainha, porque a lei federal veda a pesca só até o dia 15, quando as tainhas do curso estão ovadas. A maior parte dos compradores só quer a ova para exportar para o Japão.

Acho que o Brasil precisa fazer um projeto mais arrojado e vejo que se não nos preocuparmos hoje, dentro de 15 anos o único peixe que vamos comer será o de cativoiro.

Então se nós não trabalharmos para preservar nossos filhos, nossos netos não conhecerão essas belezas que temos ainda na pesca, isso é uma preocupação muito grande.

Assim quero cumprimentar v.exa. que tem se dedicado de corpo e alma para poder ajudar principalmente o pescador artesanal, esse mais pobre, para que ele também tenha sua vida sobrevivendo com a pesca.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, para concluir gostaria, inicialmente, de agradecer a intervenção do deputado Manoel Mota, e lhe dizer que pode contar conosco para essa sua iniciativa importantíssima para o setor e, ao mesmo tempo, manter as próprias espécies em quantidade necessária para que os nossos pescadores possam levar adiante a sua atividade.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

O próximo orador inscrito é o deputado Neodi Saretta por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Ana Paula Lima, estimados catarinenses que acompanham esta sessão, quero fazer o registro da presença da Marciane e do Ivonei, que vieram lá de Peritiba e estão acompanhando esta sessão da Assembleia Legislativa. Sejam bem-vindos! É um prazer tê-los aqui.

Sr. presidente, através da Lei n. 15.615, que resultou de um projeto de lei por mim apresentado no ano passado e aprovado pelo Plenário, ficou estabelecida a terceira semana do mês de maio, justamente esta que estamos vivenciando, como a Semana Estadual das Hepatites Virais.

Quero fazer algumas reflexões sobre isso exatamente por estarmos nesta semana de combate às hepatites, pela importância que tem o tema e pela quantidade de pessoas que terminam sendo afetadas.

Temos alta incidência da hepatite B na região oeste de Santa Catarina, chegando a equipar-se à região amazônica, deputado Dieter Janssen. Aqui no litoral a incidência maior é da hepatite C.

Há disponibilidade em nosso país, inclusive através do SUS, da vacinação gratuita que previne a hepatite B, que pode ser feita em qualquer posto de saúde que tenha sala para isso. Além disso, o governo federal está fazendo uma campanha para que todos os jovens até 24 anos sejam imunizados.

Na verdade, a nossa luta é para que a vacina esteja disponível para todos, independentemente da idade. Já houve ampliação da faixa de idade, mas ela precisa estar disponível para todos.

No entanto, vacinar não é a única solução, é preciso que os postos tenham, deputado Manoel Mota, condições de fazer exames rápidos e gratuitos para detectar a doença. Mas nem todos têm essa possibilidade. Existem centros de triagem e aconselhamento que oferecem esse serviço, como é o caso dos municípios de Blumenau, Jaraguá do Sul, Brusque, Imbituba, Itajaí, Lages, Chapecó e Florianópolis, mas em outras cidades ainda não há.

Propusemos, no ano passado, dois projetos de lei relacionados a esse tema, e um deles já se tornou lei, que é exatamente aquele que cria a Semana Estadual de Combate às Hepatites Virais. O outro assegura vacinação gratuita contra as hepatites A e B, gratuidade no tratamento, bem como todos os medicamentos, já que nem sempre o indicado pelo médico é fornecido pelo estado; gratuidade em todos os exames, tendo em vista que alguns não são realizados pelo Lacen; garantia, quando necessário, da realização gratuita de biópsia e criação de um centro de referência em assistência aos portadores de hepatites virais no estado.

Então, temos essas ações como importantes e estamos propondo exatamente um tema que merece reflexão, principalmente quanto à prevenção.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Ouço com muito prazer o deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eminente deputado Neodi Sareta, essa preocupação é importante, é fundamental.

Eu, em 1964, tive um acidente de carro. Fiquei um ano internado num hospital. Fiz muitas transfusões de sangue e peguei os vírus das hepatites A, B e C. As hepatites A e B consegui curar. A hepatite C trato com a dra. Ester Dante há muitos anos. Estou esperando que a Medicina avance e eu possa fazer um tratamento mais leve, porque o tratamento da hepatite C é quase como um tratamento de câncer. Evidentemente estava um pouquinho acima do peso, e a dra. Ester me disse que eu deveria perder dez quilos ou ela iria internar-me. Assim, fiz o sacrifício, costurei a boca e perdi dez quilos.

Por isso, quero cumprimentá-lo e dizer-lhe que votarei favoravelmente em qualquer projeto dessa natureza. Além disso, acho que essa vacina é fundamental.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Obrigado, deputado Manoel Mota. V.Exa. incorpora ao meu pronunciamento um testemunho pessoal que eleva a importância do tema que estamos tratando.

Mas, sr. presidente, srs. deputados e estimada deputada Ana Paula Lima, v.exa. que é enfermeira, tem-se preocupado muito com esse tema e como prefeita de Blumenau colocará a saúde como a grande prioridade da sua administração.

Neste momento, quero solidarizar-me com a família de Fernando Cezar Santos, presidente do Grupo Hércules, que faleceu nesta madrugada.

Fernando se dedicou por muitos anos a um trabalho incessante de combate às hepatites virais, bem como à doação de órgãos. Por ironia do destino, foi acometido pela hepatite e faleceu justamente nesta semana - a Semana Estadual de Combate às Hepatites Virais.

Quero solidarizar-me, repito, com a família, deputada Angela Albino, do nosso querido Fernando Cezar Santos, presidente do Grupo Hércules, desejando que esta semana seja realmente de reflexão e de ações que efetivamente combatam a hepatite, que é uma doença silenciosa e que

preocupa milhares de pessoas em Santa Catarina e no Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Neodi Saretta.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, presidente Moacir Sopelsa.

Quero cumprimentar a deputada Angela Albino, os sr. deputados, o público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Confesso, deputado Neodi Saretta, que fiquei realmente muito chocada com a informação que recebi de v.exa. em relação ao falecimento de Fernando Cezar Santos, presidente do Grupo Hércules, pois, em alguns momentos, desenvolvemos muitos trabalhos juntos nesta Casa e também na cidade de Blumenau. Era um guerreiro, um lutador, e fiquei surpresa com o seu falecimento, pois era jovem ainda, militava muito nessa área, principalmente no que se refere à prevenção e ao tratamento da hepatite viral.

Quero prestar a minha solidariedade à família do Fernando Cesar Santos e dizer que realmente é um assunto para refletir em termos nacionais, já que milhares e milhares de pessoas são ainda acometidas pelo vírus da hepatite. Precisamos realmente nesta semana refletir sobre essa doença.

Eu, que sou da área de enfermagem, sei que é um assunto gravíssimo e precisamos, neste Parlamento, fazer esse bom debate e levar para todos os municípios e para o governo do estado de Santa Catarina algumas sugestões de ações na área de prevenção principalmente.

Quero também lamentar o falecimento de uma colega, a enfermeira Maria Hipólita Soares, de Itajaí, no dia de ontem, cujo enterro será hoje. Uma lutadora na área de saúde pública, principalmente no combate e prevenção à Aids, em Blumenau e em Itajaí. Queremos manifestar a nossa solidariedade à filha e ao companheiro pela perda.

Hoje, dia 15 de maio, comemoramos o Dia da Assistente Social, esse profissional que faz um trabalho maravilhoso em todo o país, um trabalho de inclusão social e de defesa das pessoas que mais necessitam da atenção do governo.

Eu cumprimento a minha irmã, Cristiane de Souza, que é assistente social e faz um belíssimo trabalho na cidade de Blumenau, e em seu nome saúdo todos os assistentes sociais no dia em que se comemora o Dia da Assistente Social.

Sr. presidente, temos que criticar mas também há momento de elogiar, e assomo à tribuna nesta tarde para parabenizar o governador Raimundo Colombo, que ontem esteve em Blumenau para a assinatura do repasse de recursos para a conclusão do PI-5, que é um sistema de contenção de cheias, que fica situado no bairro Fortaleza, porque há muito tempo aquela população clama pela conclusão desse dique de contenção.

Vamos acompanhar de perto a execução dessa importante obra e esperamos que fatos lamentáveis não se repitam, porque vieram recursos do governo federal, mas infelizmente foram devolvidos pela ineficiência e ineficácia do governo em fazer uma obra tão necessária para a comunidade do bairro Fortaleza.

Além de elogiar o governador, que esteve ontem em Blumenau para a assinatura dessa ordem de serviço, quero pedir mais uma vez que o governo se sensibilize com um assunto grave e que preocupa todo o estado, principalmente em Blumenau.

"Adolescente de 12 anos é assaltado em plena rua XV de Novembro. Em oito horas a Polícia Militar registra arrombamentos em três casas em Blumenau. "Diretor de presídio de Blumenau deixa a unidade." Essas são duas manchetes dos jornais nos últimos dias, que os blumenauenses têm lido no diário de circulação na região e de Santa Catarina.

Os empresários, os comerciantes e os trabalhadores de Blumenau estão inseguros. Esse é um assunto que está presente em todas as reuniões de bairro que temos frequentado, na missa, na igreja, no supermercado, no comércio local ou

mesmo na rua XV de Novembro, onde caminhamos, é isso o que a população está pedindo. Em um ano Blumenau viu crescer em 40% o número de furtos a residências, assim como aumentaram os assaltos nos estabelecimentos comerciais, nos caixas eletrônicos, deixando o nosso povo atemorizado.

Temos abordado incansavelmente, sras. e srs. parlamentares, desta tribuna, esse assunto que é recorrente, o aumento da criminalidade, o aumento da insegurança pública na cidade de Blumenau, a insegurança das pessoas que vivem e trabalham no vale de Itajaí.

Denunciamos incansavelmente o silêncio, a ausência e a inoperância do governo do estado, o único com a competência de encaminhar soluções. Mas até o momento nada fez. Esse imobilismo governamental acaba por gerar mais insegurança junto a nossa comunidade.

Falar sobre a gravidade da segurança pública em Blumenau tem para mim no mínimo duas leituras: em primeiro lugar, é importante e necessário que o Parlamento discuta esse assunto, cobre do governo do estado atitudes concretas e urgentes para resolver essa situação gravíssima. Em segundo, lamentar o fato de que após tantas discussões que têm sido feitos a respeito desse assunto, no âmbito do Executivo constatemos somente a inércia, a falta de vontade política, a ausência de compromisso com a segurança da população.

Nos últimos meses foram realizadas três audiências públicas, nas quais apenas lideranças locais, empresários, comerciantes, a população, que se organizou e realizou passeatas pedindo investimentos em segurança pública, tenham participado. Até o momento esses clamores não foram ouvidos nem pelo secretário de Segurança Pública, César Grubba, nem pelo governador do estado, Raimundo Colombo, que já foi várias vezes à cidade de Blumenau, mas quando o assunto é segurança pública parece que não ouve.

No final de dezembro, o governo do estado prometeu que mandaria 78 policiais para Blumenau, mas foram somente dois ou três. A violência tem ocorrido quase que todos os dias em nossa querida

cidade, a tal ponto que quase não reconhecemos mais Blumenau.

Em 2 de maio, deputado Plínio de Castro, tivemos uma audiência pública na Câmara de Vereadores da minha cidade e ouvimos novamente veementes pedidos de empresários, de familiares de inocentes assassinados, de autoridades que clamam, por soluções, pelo aumento do efetivo e por investimentos na área da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros. Isso é assunto recorrente em nossa cidade.

Comprometemo-nos a agendar uma audiência com o governador, para que obtermos uma resposta definida, pois sem providências imediatas que assegurem segurança à vida e ao patrimônio dos blumenauenses, poderemos ver a nossa cidade pujante e rica ser abatida pela barbárie. Sim, senhoras e senhores, pela barbárie! Nunca vi antes na história de minha cidade um nível tão grande de insegurança.

É de extrema urgência, srs. parlamentares, governador Raimundo Colombo, a instalação de novas câmeras de segurança para monitoramento; são necessárias novas viaturas; é necessária a contratação de mais policiais civis e policiais militares, pois entendemos que as questões de segurança devem ser prioritárias para os governos e devem ser apoiadas por políticas sociais integradoras voltadas, sobretudo, para a juventude pobre excluída da cidadania e discriminada economicamente, que vive à margem do mercado de trabalho, vítima dos estímulos exacerbados ao consumo.

A segurança pública da nossa gente tem sido trata como prioridade em nosso mandato. Já cobramos providências do governo para que possamos dar um basta a essa violência, mas o imobilismo do governo do estado ainda permanece.

Eu quero, sr. presidente, voltar à pauta sobre a insegurança pública em Blumenau, porque não podemos ficar calada diante de tamanho desprezo que o governo do estado tem com a nossa gente, no que se refere à ...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigada, deputada Ana Paula Lima.

O próximo orador inscrito é o deputado Plínio Castro, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, pessoas que acompanham esta sessão neste momento.

Quero dizer primeiramente que estamos usando esta tribuna, na tarde de hoje, para compartilhar com os demais membros da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina a grande repercussão que teve em nossa região, o oeste catarinense, os depoimentos que ouvimos no último final de semana a respeito do projeto de lei aprovado nesta Casa, que institui programas de desenvolvimentos em Santa Catarina através de projeto no valor de mais de R\$ 600 milhões.

Esta Casa fez um desmembramento no projeto e destinou R\$ 60 milhões para serem aplicados em obras que amenizem os efeitos da estiagem no oeste de Santa Catarina, ou seja, nas regiões mais atingidas pela última estiagem no final de 2011 até o primeiro trimestre de 2012.

Temos a firme convicção de que os valores destinados tanto a combater as secas no oeste destinam-se a projetos importantes e significativos, que deixaram os municípios atingidos, os seus dirigentes e os agricultores numa alegria muito grande, acreditando no futuro e que é possível minimizar o problema.

Por isso, mais uma vez quero externar o meu agradecimento a todos aqueles que se posicionaram favoravelmente. Repito, esses R\$ 60 milhões serão bem-vindos ao oeste catarinense e tenho plena convicção de que os municípios haverão de aplicar naquilo que de fato amenizará os efeitos das estiagens que vêm assolando ano após ano o oeste catarinense, causando prejuízos incalculáveis para a agricultura, para a economia e para os agricultores.

Mas quero também, nesta tarde em que uso a tribuna da Assembleia Legislativa, chamar a atenção dos demais deputados, das demais autoridades, das pessoas que nos assistem, para um assunto muito importante, que está causando transtornos à pequena propriedade rural.

Refiro-me, sr. presidente, a duas classificações do Pronaf quando o agricultor vai habilitar-se junto ao agente financeiro para contratação de crédito rural, seja ele na área de custeio, seja na área de investimento. Dentre os parâmetros estabelecidos pelo ministério do Desenvolvimento Agrário, há dois que classifico como impeditivos para que determinadas propriedades rurais sejam beneficiadas.

O valor limite estabelecido no Pronaf, de R\$ 110 mil de renda bruta anual por propriedade rural, está excluindo muitas propriedades do estado de Santa Catarina, que sabidamente é formado por pequenas propriedades rurais da agricultura familiar.

No oeste catarinense evoluiu muito, nos últimos anos, a produção de leite. Apenas para exemplificar, a pequena propriedade rural tem em torno de 25 a 30 matrizes de leite produzindo diariamente. Dada à assistência técnica, à evolução e à dedicação do produtor, a produtividade gira próximo dos 20 litros/dia de leite por matriz. Se fizermos a devida multiplicação, esse produtor vai ultrapassar 150 mil litros de leite por mês e se multiplicarmos pelo preço do litro de leite praticado no mercado, ele terá uma renda bruta anual de mais de R\$ 110 mil, presidente Moacir Sopelsa, valor que impede que se habilite a contratar o Pronaf.

Em nossa avaliação, temos que prestigiar e incentivar aqueles que evoluem, aqueles que trabalham com animais de genética boa, que lutam por uma melhor produtividade, que atendem às recomendações técnicas. Não se pode simplesmente negar acesso ao crédito do Pronaf porque esses agricultores foram esforçados, foram diligentes.

Além disso, há um caminho inverso na prática do Pronaf. O programa Mais Alimentos desabilita

aquele pretendente que auferir R\$ 130 mil de renda bruta anual. Isso é absurdo! Penso que o MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário - precisa rever esse posicionamento para não impedir que pequenas propriedades rurais tenham condições de se habilitar a essas linhas de financiamento.

Dentro do Pronaf, o proprietário rural pode habilitar-se até quatro módulos fiscais. Em nosso estado, o módulo fiscal rural é de 20ha de terra. Portanto, o agricultor que tiver até 80ha de terra estará credenciado, mas se ultrapassar o limite de renda bruta de R\$ 110 mil anuais, já não terá acesso ao crédito.

O que ocorre em Santa Catarina? O pai já está com idade avançada e os filhos, aqueles que tanto queremos que continuem no campo, constituem família, constroem uma casa ao lado da casa do pai e têm bloco de produtor rural em conjunto com o pai. Até o ano passado, o agente financeiro, por determinação do Pronaf, aceitava que o filho fizesse qualquer tipo de financiamento agrícola em seu nome. A partir de setembro, no entanto, essa regra mudou. Uma pessoa que mora e constrói uma casa ao lado da casa do pai não é mais aceita se não tiver escritura em seu nome.

Então, gostaríamos que o Ministério do Desenvolvimento Agrário revisse esse posicionamento, para que o filho do produtor rural, até como forma de incentivo para que permaneça na terra, possa contratar com o banco mesmo sem escritura em seu nome, habilitando-se, assim, às linhas de financiamento do Pronaf, do Pronamp e tantas outras.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital,

nesta terça-feira não poderia deixar de fazer uma saudação ao time mais vezes campeão do estado de Santa Catarina, o Avaí, o nosso Avaí, que conquistou, no último domingo, seu 16º título estadual.

Recebemos um telefonema da Jamile Machado, que todos aqui conhecem, que foi chefe da sala de imprensa, que trabalhou até recentemente conosco e que agora está feliz em família, mas não deixou de mandar, ontem pela manhã, um abraço azul e branco para este deputado. E isso fez até que eu viesse a esta tribuna neste momento para fazer esta saudação.

Um grande abraço à Jamile, que faz parte da imensa nação azurra do estado de Santa Catarina, pela gentileza da ligação, desejando-lhe felicidade e que possamos curtir mais essa alegria juntos.

É evidente que a torcida avaiana está feliz com o 16º título estadual, ainda mais que foi conquistado na partida final contra o maior rival, o maior adversário, o Figueirense, que também é da capital. Nos clássicos n.s 399 e 400 o Avaí conquistou duas vitórias sobre o Figueirense.

É preciso parabenizar o conjunto da torcida avaiana, sempre alegre, pelas festas que têm feito e pela alegria; cumprimentar também os jogadores, inclusive aqueles que às vezes criticamos, mas que fizeram parte dessa campanha do Avaí; cumprimentar ainda os apoiadores do Avaí, a diretoria e, por que não dizer, o técnico Hemerson Maria com seu auxiliar técnico, Emerson Nunes, que fizeram uma virada de 360 graus na participação do Avaí nesse campeonato estadual.

Isso seria motivo, para quem gosta de futebol, e a maioria do povo brasileiro gosta, homens e mulheres, para discutirmos muita coisa a respeito dessa virada, da participação do Avaí no campeonato e, inclusive, da derrota do Figueirense justamente na final, justamente o time que havia feito a melhor campanha do campeonato, que foi o melhor time do campeonato estadual pelos resultados, pela regularidade, pela campanha e pela qualidade que apresentava em campo.

Não podemos deixar de saudar todas as torcidas do futebol catarinense, especialmente a torcida do Figueirense, porque se portou muito bem. Havia a possibilidade de haver uma final tumultuada no estádio Orlando Scarpelli, pelo resultado, pela possibilidade de o Avaí jogar na retransmissão, fazer um gol de contrataque e definir o resultado do título. Isso não aconteceu, a torcida soube reconhecer pacificamente a derrota, o que é importante, pois o futebol, o mundo e a vida não acabam numa partida de futebol e nem num campeonato, por mais que se fique triste. E não há também como tirar do Figueirense o fato de que foi o time de maior regularidade no campeonato. Portanto, tem um grande time, na minha avaliação, tinha um grande técnico, e acho que se trocou de técnico pelo resultado, errou, mas é possível que haja outros elementos.

Infelizmente o nosso tempo é pouco para falar das glórias avaianas. O resultado de dois jogos com cinco gols contra um, evidentemente que é inusitado, é importante, e poderia acontecer o contrário, mas foi dessa forma.

Quero parabenizar o conjunto das torcidas, a torcida avaiana e dizer que seguiremos, sim, para a série B, mas já marchando em passos firmes para ano que vem estarmos de volta na série A do campeonato brasileiro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado José Milton Scheffer, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, gostaria de registrar e enaltecer a presença da rainha da Festa do Colono, de São João do Sul, festa que acontece durante o mês de maio, dos dias 24 a 27, para mostrar a força da agricultura do nosso município, algo que merece o nosso reconhecimento, o nosso aplauso.

Então, quero registrar a presença, neste recinto, da rainha da festa, Amanda Ortolam; da primeira-princesa Cássia Pereira e da segunda-princesa Huáina Lunnertz, acompanhadas da equipe da prefeitura municipal de São João do Sul, através da Alexandra Scheffer.

Quero também falar da importância da presença e da divulgação que estão fazendo. Vocês são todas muito bem-vindas! Ficam, portanto, registrados nesta Casa a nossa alegria pelo convite distribuído a todos os deputados e os nossos votos de sucesso no evento. Parabéns à população e ao nosso querido município de São João do Sul.

Gostaria de, nesta tarde, sr. presidente, ressaltar desta tribuna as coisas positivas das administrações públicas de Santa Catarina, que têm orgulhado todos nós com suas posições nos diversos índices de pesquisas, nos rankings nacionais, estaduais, tanto do governo do estado quanto das prefeituras municipais.

O nosso estado é o terceiro colocado no índice Firjan - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - e recentemente obteve a melhor média geral dentre todos os estados no ranking de gestão pública fiscal, concedida pela Confederação Nacional dos Municípios.

Queremos parabenizar e cumprimentar toda a população de Bom Jardim da Serra, através do meu amigo, prefeito daquele município, Ilton Luiz Machado, porque a cidade foi escolhida pela Confederação Nacional dos Municípios como a melhor gestão pública municipal do Brasil. Entre 5.563 municípios está em 1º lugar um município pequeno, com apenas 4.400 habitantes, mas que administra bem as suas finanças.

Por isso fica aqui, através do ex-prefeito Rivaldo Macari e do atual prefeito Ilton Luiz Machado, a toda população de Bom Jardim da Serra, os nossos parabéns, os nossos cumprimentos pela colocação que orgulha todos os catarinenses e escreve uma página positiva em relação aos políticos do estado.

É importante ressaltar a participação da Escola da Gestão Pública Municipal, da Fecam,

criada em 2007 quando estávamos à frente daquela federação e que está focada na qualificação dos gestores públicos municipais, dos funcionários públicos municipais e que de lá para cá tem fornecido, através de treinamento, cursos, formação formal e informal.

O desempenho da Egem tem dado bons frutos nas nossas prefeituras. Vejam que nesse índice da Confederação Nacional dos Municípios, das 100 melhores gestões municipais do Brasil, 13 são catarinenses, e dessas, seis são administrações progressistas. Há também a participação de administradores do PMDB, que conta com grandes prefeitos em Santa Catarina.

Quero homenagear especificamente as prefeituras de Bom Jardim da Serra, Águas Mornas, Novo Horizonte, Imbuia, Forquilha, Morro Grande, onde a administração é formada por uma coligação na qual o vice-prefeito é do PP e o prefeito Enio Zuchinali é do PMDB.

Gostaria de homenagear todos esses progressistas e também todos os demais prefeitos de Santa Catarina pelo excelente desempenho em suas gestões e pelo reconhecimento da Confederação Nacional dos Municípios.

Gostaria de citar ainda outro índice que orgulha todos os catarinenses e que pode ser, inclusive, um exemplo de responsabilidade fiscal, social e de gestão pública municipal. Quero dizer que chama a atenção nas administrações catarinenses o significativo investimento na área da educação, porque embora a exigência constitucional seja de 25% nessa área, os prefeitos catarinenses a cada ano aumentam esse índice e neste ano estão aplicando 29,47%.

Isso não é diferente na área da saúde, uma vez que os prefeitos têm aplicado 17,6% em média, acima, portanto, dos 15% constitucionais, ao passo que muitos estados brasileiros não aplicam nem 12%.

Quero apresentar meus cumprimentos a todos os prefeitos catarinenses, a toda a equipe da Fecam e da Escola de Gestão Pública Municipal, criada na nossa passagem pela presidência da federação e que

agora começa a colher bons frutos do seu trabalho.

Quero, como ex-presidente da Fecam, parabenizar a federação a Egem e todos os prefeitos pelo trabalho que vêm desenvolvendo nos seus municípios, dando mais qualidade de vida e mais desenvolvimento econômico e social para...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado José Milton Scheffer.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo espaço pertence ao PT.

Com a palavra o deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, recebi há pouco um convite do deputado federal Décio Lima, que preside o Fórum Parlamentar Catarinense, para participar de uma importante audiência amanhã, no final da tarde, em Brasília, com o ministro Alexandre Padilha, da Saúde, para tratar de recursos financeiros para os hospitais catarinenses.

Eu vou fazer o possível e o impossível para estar presente, embora a agenda para amanhã esteja muito complicada. De qualquer forma, acho muito alvissareira e importante essa reunião que o Fórum Parlamentar Catarinense terá com o ministro da Saúde, buscando mais recursos para os hospitais do nosso estado.

Ao mesmo tempo em que o Fórum Parlamentar Catarinense faz esse movimento, estou também protocolando nesta Casa, para a sessão de hoje, um pedido de informação a ser enviado ao secretário de Saúde de Santa Catarina e ao governador sobre os recursos do Revigorar 3.

São os seguintes os quesitos:

- Qual o valor total relativo ao Revigorar 3 foi arrecadado até agora?

- Qual o valor aplicado do montante arrecadado em saúde até a presente data?

- Em quais ações e programas de saúde os recursos foram aplicados até a presente data e qual o plano de trabalho em que ações e programas serão aplicados os recursos ainda não utilizados?

Todos nós sabemos que no ano passado o governo do estado encaminhou para esta Casa um projeto de lei para angariar recursos oriundos da dívida ativa e que seriam, com exceção dos 25% para os municípios, aplicados na saúde. Até o momento, sinceramente, não sei quanto foi arrecadado. Estimo, por algumas informações, que tenha passado de R\$ 220 milhões a cota-parte da Saúde. Afinal de contas, quanto desses R\$ 220 milhões já teriam sido aplicados e em quê?

Realmente, srs. deputados, precisamos de um relatório oficial do governo do estado sobre os recursos do Revigorar 3.

Por outro lado, é importante buscar essas informações porque desde o ano passado a nossa comissão apresentou um trabalho sobre as evidentes dificuldades dos hospitais. Tenho em mãos uma pauta da Associação dos Hospitais, da Federação dos Hospitais de Santa Catarina, que buscam atualizar os valores do incentivo hospitalar estadual. Esse incentivo foi criado em 2006, através de uma portaria.

Temos a necessidade de implementar as redes de urgência e emergência em nosso estado. Ainda estamos engatinhando, pois somente agora é que na Grande Florianópolis vai começar a rede de urgência e emergência, que depois será instalada também na região nordeste para depois ir para o restante do estado.

A Associação dos Hospitais e a Federação dos Hospitais de Santa Catarina também pedem, e com justiça, a complementação da tabela do SUS, fato que poderia dar-se progressivamente: 35% em 2012, 20% em 2013 e 25% em 2014, incluindo aí as diárias de UTI, através de recursos próprios do estado.

Essa foi a razão pela qual dei entrada nesta Casa a um projeto de lei que propõe que 12% dos recursos que compõem o Fundo Social, 12% dos recursos que compõem os fundos do Seitec e 12% dos

recursos que compõem o Fadesc sejam destinados para um fundo que por sua vez seja destinado para ajudar o custeio dos hospitais.

Nesse sentido, fiz um pedido de informações enviado ao Tribunal de Contas do Estado e acabo de receber o relatório, que faz uma análise dos recursos da receita líquida corrente do estado que compõem o Fundo Social, os fundos do Seitec e o Fadesc, de 2005 a 2011.

O Fundo Social arrecadou nesse período R\$ 2,140 bilhões. Destes, R\$ 491 milhões foram para os municípios, na cota-parte que lhes cabe. Depois de repassar R\$ 257 milhões para o Judiciário, o Legislativo, o Ministério Público, o Tribunal de Contas e a Udesc, R\$ 1,39 bilhão foi para os programas do Fundo Social. Contudo, não foi destinada à Saúde a sua cota-parte nem à Educação.

Estou atendo-me à Saúde, que foi lesada em R\$ 197 milhões no período de 2005 a 2011. Da mesma forma, dos fundos do Seitec, que no período arrecadou R\$ 1,32 bilhão, depois de destinar aos municípios R\$ 193 milhões e R\$ 103 milhões para os poderes Judiciário, Legislativo, Ministério Público, Tribunal de Contas e Udesc, não encaminhou a cota-parte da Saúde.

Somando os recursos do Fundo Social e os dos fundos do Seitec, a Saúde perdeu indevidamente R\$ 316 milhões no período de 2005 a 2011.

Portanto, faz-se mais que urgente e necessário que se faça justiça, que se dê para a Saúde a sua cota para atender, sr. presidente e srs. deputados, às demandas que são muitas, pois os hospitais clamam por ajuda e há recursos que estão sendo desviados da Saúde, que poderiam ser destinados para as ações e serviços precípuos da área, inclusive para o custeio dos hospitais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Volnei Morastoni.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, apesar da voz comprometida, permito-me fazer algumas colocações relacionadas a minha caminhada neste final de semana.

Deputado Volnei Morastoni, também temos acompanhado a questão da Saúde e queremos parabenizar o governador que, na última quinta-feira, firmou convênio com vários hospitais de Santa Catarina no valor de R\$ 50 milhões, liberados na última quinta-feira.

Tivemos a oportunidade de acompanhar, deputado Mauro de Nadal, a liberação de R\$ 7 milhões para os Hospitais Santo Antônio e Santa Izabel, da nossa cidade, Blumenau, e entendemos que isso faz parte de uma proposta do governo do estado que é dar o destino adequado à proposta aprovada nesta Casa.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Deputado Ismael dos Santos, na verdade o governo do estado tem essa sensibilidade, tanto é que se nós analisarmos o que foi encaminhado do ano passado até agora em auxílio financeiro para estruturação dos hospitais, para a compra de equipamentos, é algo surpreendente.

Então, existe a preocupação do nosso secretário de estado da Saúde em atender aos hospitais dos pequenos municípios, mas temos que, primeiramente, fazer o dever de casa, para depois exigirmos uma atitude do governo. Desde 1994 suportamos uma tabela do SUS que está sucateando os hospitais de todo o país, não somente de Santa Catarina e esse é o grande gargalo que temos que enfrentar.

Tivemos, poucos dias atrás, a oportunidade de corrigir essa distorção quando foi votada a regulamentação da Emenda Constitucional n. 29. Mas em vez de corrigir, foi tudo água abaixo e os hospitais continuam de pires da mão, penando e apanhando do atual sistema.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Agradeço, deputado Mauro de Nadal.

Não há dúvida de que é necessária uma junção de forças para aglutinarmos os investimentos federais, estaduais e municipais, no que diz respeito a uma solução para a rede hospitalar do estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Quero agradecer por v.exa. ter permitido a permuta do horário, pois em virtude de uma emergência tenho que me deslocar em seguida.

Antes, porém, em função do aparte do deputado Mauro de Nadal quero dizer que estamos participando de um movimento nacional, através de uma grande frente que foi constituída em fevereiro por mais verbas para a saúde e em Santa Catarina muitas forças estão aderindo.

Esse movimento pretende, através de um projeto de lei de iniciativa popular, restabelecer no Congresso Nacional o debate sobre o financiamento da saúde, em função da malograda, da frustrada votação da Emenda Constitucional n. 29, à qual se referiu o deputado Mauro de Nadal.

Eu concordo que precisamos corrigir a tabela do SUS, embora o ministro esteja atuando em outros caminhos, ou seja, os programas que citei, as redes de urgência e de emergência, as redes sociais, a Rede Cegonha.

Agora, independentemente disso, precisamos ter muito claro o que foi feito, por exemplo, com os recursos oriundos do Revigorar 3: o que já foi aplicado? Quanto foi aplicado? O que falta aplicar? Em que o governo irá aplicar? Essa transparência é condição *sine qua non*, mas independentemente disso reitero o que disse no meu pronunciamento, que mais de R\$ 300 milhões foram desviados de finalidade, nos últimos cinco, seis anos e temos que restabelecer imediatamente a cota-parte da Saúde que incide sobre o Fundo Social e sobre os fundos do Seitec, orientação

essa que vem do próprio Tribunal de Contas do nosso estado.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, deputado Volnei Morastoni, e incorporo a sua intervenção ao meu discurso, pois há também uma preocupação nossa nesse sentido.

Sr. presidente, srs. deputados, estivemos na última sexta-feira no município de Ponte Serrada, em mais uma audiência pública da nossa Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas, com a presença de prefeitos, vereadores, secretários, dos servidores da área da saúde, da assistência social e da segurança. Ocorreu um interessante e intenso debate abrangendo vários municípios do entorno de Ponte Serrada, que acreditamos ser mais um avanço nessa nossa perspectiva de combate e prevenção às drogas.

Registro também, sr. presidente, a visita do governador à cidade de Blumenau, no dia de ontem, quando firmou um convênio, juntamente com o Badesc, de R\$ 30 milhões para pavimentação e drenagem de 40 ruas, muitas delas centenárias. E felizmente pudemos aplaudir o início de algumas obras, como disse, numa relação de 40 ruas na cidade de Blumenau, graças a essa parceria com o governo do estado, através do Badesc.

Sr. presidente, por falar em rodovias, estaremos, a convite do deputado federal João Pizzolatti, participando, na próxima quinta-feira, em Brasília, de audiência com o ministro dos Transportes, para mais uma vez discutirmos o cronograma da duplicação da BR-470, que significa muito para Santa Catarina, pois vai unir o oeste catarinense, deputado Daniel Tozzo, ao litoral. Mais de quatro mil contêineres/dia transitam pela BR-470, 40% da economia de Santa Catarina ali está e há a questão da segurança, com mais de 100 mortes por ano.

Por tudo isso entendemos que é preciso pressionar e cobrar do ministro um cronograma em relação às obras dessa rodovia e estaremos fazendo isso nessa próxima quinta-feira, às 11h, na audiência que teremos com o ministro dos Transportes do país.

Era isso, sr. presidente, muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Aldo Schneider, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. e sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, é uma satisfação voltarmos a esta tribuna para que, através dela, possamos orientar e informar à sociedade catarinense acerca do nosso trabalho na Assembleia Legislativa.

Abordarei hoje uma questão pertinente ao Projeto de Lei n. 0032, de origem governamental, que trata da contratação de um financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 611 milhões.

Com esse financiamento o governo estadual pretende atender a 153 municípios catarinenses, um população estimada em três milhões de catarinenses, bem como proporcionar sustentabilidade comercial das regiões, estimando um faturamento de R\$ 4,2 milhões/mês.

O governador, juntamente com o governo federal, criou uma proposta para que o estado se credenciasse a solicitar um financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social da ordem de R\$ 611 milhões, para investir em algumas áreas que visam ao desenvolvimento de Santa Catarina. E uma dessas áreas é a recuperação das rodovias estaduais existentes.

Na condição de membro titular da comissão de Finanças e Tributação, uma deferência do PMDB, este deputado, juntamente com os demais colegas que fazem parte dessa comissão, durante 60 dias exaustivamente discutiu a aplicação desses recursos e a área onde seriam investidos, haja vista que o projeto original vindo do Executivo solicitava a autorização para contratação de um empréstimo de R\$ 611 milhões sem especificar as áreas onde seria aplicado.

Dessa forma, eu, o deputado Gilmar Knaesel, relator da matéria, o deputado Marcos Vieira e tantos outros parlamentares que compõem a comissão de Finanças e Tributação fizemos um trabalho exaustivo no sentido de entender a necessidade primeira da contratação desse financiamento. Depois da necessidade de contratação desse financiamento, onde seriam investidos os recursos. E convidamos para vir à comissão alguns secretários de estado que são responsáveis pela aplicação desses recursos.

Gostaria de citar o secretário de estado da Fazenda, Nelson Serpa; o secretário de estado da Administração, Milton Martini; o secretário de Infraestrutura, deputado Valdir Cobalchini, e também o representante da secretaria de estado da Defesa Civil.

A partir desse encaminhamento buscamos, juntamente com as secretarias envolvidas nesse projeto, a forma de distribuição desses recursos, até porque algumas áreas são pioneiras quanto ao investimento público. E aqui cito o projeto Caminhos da Modernidade, através do cabeamento de fibra ótica principalmente para os municípios com baixo Índice do Desenvolvimento Humano.

Então, com aquele trabalho conjunto da comissão de Finanças e Tributação com o Executivo estadual, representado pelos secretários citados, chegamos ao seguinte encaminhamento que consideramos o mais adequado para as necessidades do estado tem em muitas áreas:

- R\$ 389 milhões para Novos Caminhos Catarinenses e Mobilidade Urbana. O que representa essa rubrica orçamentária? A recuperação de alguns milhares de quilômetros de rodovias existentes por todo o estado de Santa Catarina, norte, sul, oeste, leste e vale.

- R\$ 79 milhões para os Caminhos da Modernidade, que é a implantação de fibra ótica para os municípios com Índice de Desenvolvimento Humano baixo. O pleito inicial era de R\$ 160 milhões, mas entendemos que havia outras áreas de importância que poderíamos contemplar.

- R\$ 57 milhões para os Caminhos da Justiça e Cidadania, referente à instalação de presídios femininos, pois entendemos que é uma necessidade atual e obviamente a secretaria de Justiça e Cidadania, a partir da contratação desse financiamento, poderá tirar do papel a solução de um problema que aflige todo o sistema carcerário catarinense, que é a falta de presídio feminino.

- R\$ 133 milhões para os Caminhos de Prevenção de Desastres com as Cheias. O que significa isso? Existe um encaminhamento por parte dos governos federal e estadual para ajudar as famílias da região do vale do Itajaí quando ela é assolada por catástrofes. Nós, ao longo de alguns anos, vimos cobrando dos governos soluções que protejam aquelas famílias. Esse investimento se dará em quatro anos e abrange a elevação das cotas das barragens de Ituporanga e Taió, além da contratação de vários outros serviços que minimizarão os efeitos das cheias.

Na mesma esteira da prevenção de desastres naturais, entendemos que era necessário atender à questão da estiagem no oeste de Santa Catarina. E quero deixar registrado que isso tudo foi combinado com o governo. Assim, foram destinados R\$ 60 milhões para atender às áreas atingidas pela estiagem, com ações que minimizem o sofrimento daquela gente.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Deputado, na verdade temos água em abundância neste estado. O que precisamos é criar um sistema de armazenamento dessa água porque por dois meses, dezembro e janeiro ou janeiro e fevereiro, enfrentamos o problema da estiagem. E isso vem de décadas, não é algo recente. Todos os anos migramos para soluções paliativas e lá vão os prefeitos correndo atrás de recursos para o problema, levando água para o interior, abastecendo principalmente a fonte produtiva, os animais, e não conseguindo atender à produção, através da irrigação.

Então, com esse projeto que esta Casa acaba de referendar há a possibilidade de sairmos do paliativo e tratarmos o problema de forma concreta, a fim de que amanhã ou depois não voltemos ao mesmo debate sobre o que fazer para resolver a estiagem. Agora temos recursos, basta sentar com a secretaria da Defesa Civil para que possamos construir projetos viáveis, que atendam na verdade às necessidades das regiões atingidas.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Agradeço a manifestação de v.exa., com certeza muito pertinente, até porque v.exa., juntamente com outros colegas que representam o oeste catarinense, vive diariamente o drama das famílias pela falta de abastecimento d'água nas suas regiões.

Eu gostaria, para concluir, de dizer que realmente foi feito esse trabalho com muita seriedade, sempre buscando o entendimento das partes envolvidas com o governo do estado. Haverá uma contrapartida por parte do Tesouro estadual e logicamente houve o entendimento, por parte dos deputados e deputadas, de que Santa Catarina tem a necessidade de buscar esses recursos visando à minimização dos problemas das cheias, da estiagem e à recuperação de alguns quilômetros de rodovias estaduais, porque há trechos que estão praticamente intransitáveis.

Tenho a convicção também de que esses recursos não são suficientes para solucionar todos os problemas dessas áreas, mas representam um início de trabalho, pelo qual o Parlamento de Santa Catarina foi corresponsável, com o entendimento de que esta é a Casa do povo de Santa Catarina e que não nos poderíamos furtar de apoiar a iniciativa do Executivo de contrair esse financiamento.

No demais, quero parabenizar todos, principalmente os deputados da comissão de Finanças e Tributação, que fizeram um grande trabalho e dizer que estamos à disposição para, juntamente com o governo, buscar a solução para os problemas que afligem a sociedade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PPS.

(Pausa)

Uma vez que o deputado do PPS não deseja usar a palavra, passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0213/2012, 0214/2012, 0215/2012, 0216/2012 e 0217/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Esta Presidência comunica também que defere de plano os Requerimentos n.s: 0494/2012 e 0496/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0497/2012, de autoria do deputado Edison Andrino; 0498/2012, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0499/2012 e 0500/201, de autoria do deputado Neodi Saretta; e 0501/2012 e 0502/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann.

Requerimento n. 0493/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem à diretoria da TIM Celular em Santa Catarina, no sentido da instalação de uma torre de telefonia celular no distrito de Craveiro, no município de Santa Terezinha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0495/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem à diretoria da TIM Celular em Santa Catarina, pedindo a regularização do sinal de celular na SC-280, trecho compreendido entre Joinville e Porto União.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0022/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada à presidenta da República, apelando pelo veto parcial à Medida Provisória n. 0549/2011, para excluir do texto legal a alteração do art. 6º da Lei n. 5.991/2011, prevista em seu art. 8º, impedindo que medicamentos que independem de receita médica sejam comercializados em supermercados, armazéns, empórios e lojas de conveniência.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0039/2012, de autoria do deputado Volnei Morastoni, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre o valor total arrecadado com o Revigorar 3, desde que foi sancionado até a presente data.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0040/2012, de autoria do deputado Reno Caramori, a ser enviado ao secretário de estado da Segurança Pública, solicitando informações sobre quantos e onde estão lotados os candidatos aprovados no concurso público da Polícia Civil de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o deputado Dirceu...

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, vou abrir mão da minha fala para que o município de São João do Sul possa fazer a apresentação por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Srs. deputados e deputadas, sobre a mesa há dois requerimentos. O primeiro foi apresentado pelo deputado Dirceu Dresch, líder da bancada do PT, e diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Cumprimentando-o cordialmente, vimos através deste e atendendo pedido do sr. prefeito municipal, Alex Sandro Pereira Bianquim, do município de São João do Sul, solicitar espaço de dez minutos na tribuna desta Casa, no próximo dia 15 de maio, para divulgar a XI Festa do Colono que acontecerá naquele município nos próximos dias 24 a 27 de maio do corrente.

Acompanhando o sr. prefeito estarão presentes a rainha Amanda Ortolam, a 1ª princesa Cássia Perreira e a 2ª princesa Huaina Lunnertz.

Desejamos êxito e colocamo-nos à disposição.

Cordialmente,

(a) Deputado Dirceu Dresch." [sic]

Portanto, esta Presidência suspende a presente sessão por até dez minutos para que possamos ceder esse espaço ao prefeito, à rainha e às princesas.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Srs. deputado, sou o próximo inscrito para falar, mas como estou presidindo a sessão, não poderei fazer uso da palavra.

O segundo requerimento a que me referi é da autoria do deputado Darci de Matos e pede a suspensão da sessão para a oitiva do sr. Mércio Felski.

Srs. deputados, tendo em vista que esta Casa é uma Casa extremamente democrática e em homenagem ao deputado Darci de Matos, suspenderemos, por uma flexibilidade dialética, a presente sessão para que faça uso da palavra o sr. Mércio Felski, presidente do Centro de Integração Empresa-Escola de Santa Catarina, por até dez minutos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Não há mais oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, de acordo com o calendário especial, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

